PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro de Estado e da Administração Interna

Rectificação n.º 1334/2006

Para os devidos efeitos se declara que o despacho n.º 15 887/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 28 de Julho de 2006, saiu com a seguinte inexactidão, pelo que se rectifica que onde se lê «Obtida que foi a anuência do Conselho Superior do Ministério Público e considerando que a procuradora da República licenciada Lucinda Maria Meirinho Filipe Rocheta Cassiano» deve ler-se «Obtida que foi a anuência do Conselho Superior do Ministério Público e considerando que procuradora-geral-adjunta licenciada Lucinda Maria Meirinho Filipe Rocheta Cassiano».

1 de Agosto de 2006. — Pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita,* Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 17 880/2006

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Maria João da Silva Costa para realizar estudos jurídicos junto do meu Gabinete, na sua qualidade de especialista em direito público.

2 — Os estudos referidos no número anterior serão apresentados no prazo de três meses, podendo a presente nomeação ser revogada a todo o tempo, sem direito a qualquer indemnização.

3 — Pelos estudos supra-referidos a nomeada receberá a retribuição de € 2520 faseada em três parcelas de € 834 cada uma, que se vencerão no dia 20 de cada mês.

4 — A presente nomeação produz efeitos desde 1 de Julho de 2006.

3 de Julho de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, *Filipe Alberto da Boa Baptista.*

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local

Despacho n.º 17 881/2006

Nos termos da segunda parte do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, a reclassificação profissional é fundamentada na descrição das funções correspondentes à nova categoria da nova carreira efectuada pelo membro do Governo com competências na área das autarquias locais, se aquela descrição não se tiver verificado nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro de Estado e da Administração Interna na alínea *b*) do n.º 1 do despacho n.º 10 489/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, aprovo o seguinte conteúdo funcional:

Grupo de pessoal técnico superior, carreira de técnico superior de tradução e interpretação — exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos inerentes à respectiva licenciatura, inseridos, nomeadamente, nos seguintes domínios de actividade:

Execução de trabalhos de tradução e retroversão de textos escritos de cariz diverso, respeitando o conteúdo e a forma literária;

Redacção de diferentes tipos de documentos em língua estrangeira;

Avaliação e correcção, se necessário, de documentos já traduzidos;

Tradução de intervenções verbais em reuniões, conferências ou colóquios, ou outros eventos, respeitando o seu sentido exacto;

Apoio às actividades que dependam de tradução ou interpretação;

Desenvolvimento e manuseamento de ferramentas informáticas e outras de suporte à actividade, visando um trabalho mais rápido, assertivo e profissional;

Aconselhamento na aquisição de suportes informativos ou outros que auxiliem o melhor desempenho das funções;

Supervisionamento e ou realização de estudos e pareceres de natureza científico-técnica na respectiva área de especialização, tendo em vista a fundamentação da tomada de decisões;

Formulação de propostas de acção, com base nos estudos e pareceres elaborados.

10 de Agosto de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita.*

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extracto) n.º 129/2006

Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 18 de Julho de 2006, a pedido da Câmara Municipal de Loures, declarou a utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência, das parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

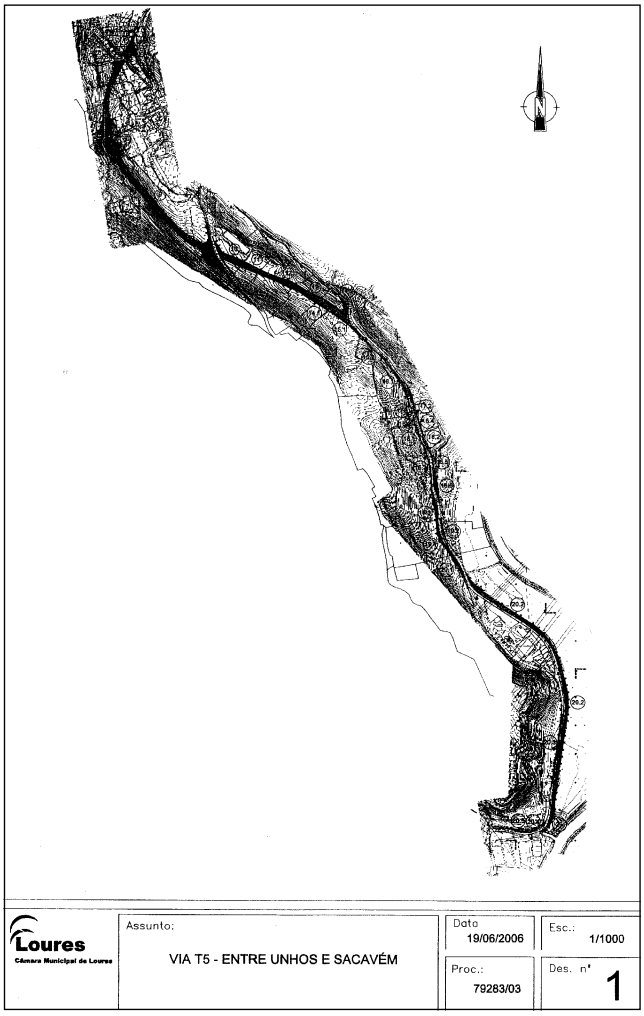
Parcela	Proprietário(s)	Outros interessados	Área (metros quadrados)	Artigo matricial rústico da freguesia de Unhos	Número na Conservatória do Registo Predial
1	Joaquim Manuel Valério Monteiro		475	57 - Secção A	omisso
2 3	João Alves Pais, herdeiros ..... Jorge Figueiredo Gonçalves		669 896	59 - Secção A 58 - Secção A	1 457 1 265
4.1	António Manuel Gomes Gajeiro, casado com Maria Teresa Martins Jacinto Nunes Cardoso.	Manuel Gajeiro Cardoso, casado com Eulália Simões Gomes Cardoso.	2 789	54 - Secção A	1 328
5	Maria Ana da Costa Chincho Silva, Ana Cristina Abreu, casada com Manuel Luís Mata Abreu, e João Luís Chincho Silva, casado com Cristina Maria da Silva Chança.		3 163	5 - Secção B	734

Parcela	Proprietário(s)	Outros interessados	Área (metros quadrados)	Artigo matricial rústico da freguesia de Unhos	Número na Conservatória do Registo Predial
7	Fernanda da Silva, Fernando Américo Silva Pinheiro, casado com Maria Helena Lopes Abreu Pinheiro, Carlos Alberto Silva Pinheiro, casado com Aura Lima de Sá Pinheiro, e Dulce do Nascimento Silva Sigesmundo, casada com Rogério Octaviano Sigesmundo.		1 695	8 - Secção B	229
8	Maria do Carmo Freitas de Aguiar, Maria Teresa Freitas de Aguiar Fernandes, casada com Hélder Correia Fernandes, Maria Amélia Freitas de Aguiar Amorim, casada com Amável Domingos Amorim, Carlos Manuel de Aguiar Marques, casado com Maria Manuela Furtado Pereira de Aguiar Marques, e Maria Gabriela de Aguiar Marques.		1 863	12 - Secção B	322
9	URBIMATOS — Sociedade Portuguesa de Construções e Urbanizações, L.da		11 334	16 - Secção B	181
10	José Jorge Gomes		2 102	9 - Secção A1 (parte)	501
11	Manuel Sabino Lopes Constantino e Elisa Pomba Mota Constantino Pedro.		1 260	11 - Secção A1	omisso
12	Henrique Salvador Nunes Ramos		2 361	12 - Secção A1	894
13	Vera Maria da Silva, casada com Henrique Manuel Campos Sequeira.		2 118	13 - Secção A	419
14.1 14.2	Maria Mercedes Pielas Lamas Moinhos Espinheira, casada com Miguel Osvaldo Moinhos Espinheira.		1 605	14 - Secção A1	738
15.1 15.2	Olímpio Martins Bernardo, casado com Heloísa Amélia Roberto da Graça Bernardo.		3 741	33 - Secção A1	1 579
16.1 16.2 16.3 16.4 16.5 16.6	Sociedade Agropecuária da Quinta da Boiça, L.da		4 476	1 - Secção A1	710
17.1 17.2	Eugénio Filipe da Silva		355	31 - Secção A1	74
18.1 18.2	Eugénio Filipe da Silva		921	32 - Secção A1	75
19.1 19.2	Sociedade Agropecuária da Quinta da Boiça, L.da		1 310	28 - Secção C	617
20.1 20.2 20.3 20.4 20.5	Secretariado Nacional de Reabilitação		15 057	32 - Secção C	616
23	Fundação da Casa de Bragança		606	34 - Secção C	887

A expropriação destina-se à execução da obra do troço da via T5 entre Unhos e Sacavém.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica n.º 97/DSJ, de 10 de Julho de 2006, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.029.05 daquela Direcção-Geral.

17 de Agosto de 2006. — O Subdirector-Geral, *Paulo Mauritti.*



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Comando de Polícia de Setúbal

Despacho n.º 17 882/2006

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 11 944/2006 (2.ª série), de 16 de Maio, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 108, de 5 de Junho de 2006, subdelego no comandante da Divisão Policial do Barreiro, subintendente M/100160, Francisco José Pereira Fernandes, a competência para decidir os pedidos de concessão e renovação de licenças de uso e porte de armas de caça cujos requerentes residam na área dos concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo.

2 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos praticados pelo referido oficial no âmbito da competência prevista no número anterior até à publicação do presente despacho.

9 de Agosto de 2006. — O Comandante, *José Casimiro Matias David,* intendente.

Despacho n.º 17 883/2006

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 11 944/2006 (2.ª série), de 16 de Maio, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 108, de 5 de Junho de 2006, subdelego no 2.º comandante do Comando da Polícia de Setúbal, subintendente M/100084, Jerónimo Sanches Torrado, a competência para a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 4987,98 no âmbito do comando, com consulta prévia a, pelo menos, duas entidades, sempre que o valor o justifique;

b) Decidir, na minha falta ou impedimento, os pedidos de concessão e renovação de licenças de uso e porte de armas de caça, cujos requerentes residam na área dos concelhos de Setúbal, Palmela, Sesimbra, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines;

c) Processar, na minha falta ou impedimento, as contra-ordenações e aplicar as coimas e as sanções acessórias por infracções cometidas na área de jurisdição deste Comando, por violação aos regulamentos das armas e munições, dos explosivos e matérias perigosas, no domínio do comércio, fabrico, aquisição, detenção, uso e porte de armas e munições, bem como do comércio, aquisição, controlo, produção, importação, exportação, detenção, armazenagem e uso de produtos explosivos e de matérias perigosas.

2 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos praticados pelo referido oficial no âmbito da competência prevista no número anterior até à publicação do presente despacho.

9 de Agosto de 2006. — O Comandante, *José Casimiro Matias David.*

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 9416/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 29 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Thierno Mamadou Bâ, natural de Thies, República do Senegal, de nacionalidade senegalesa, nascido em 8 de Junho de 1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Aviso n.º 9417/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 29 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maika Assad Sifontes, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 19 de Setembro de 1977, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Aviso n.º 9418/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luis Paungom, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 8 de Agosto de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Aviso n.º 9419/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Francisco Borges Semedo, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 24 de Janeiro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Aviso n.º 9420/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luis Manuel Rufino Monteiro, natural de São Lourenço, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-